

O ISLAM NA PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL: APAGAMENTOS DE SUA IMPORTÂNCIA CIVILIZACIONAL EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

ISLAM IN THE MEDIEVAL IBERIAN PENINSULA: ERASURE OF ITS CIVILIZATIONAL IMPORTANCE IN HISTORY TEXTBOOKS

Ashjan Sadique Adi*

ashjansadique@yahoo.com.br

Tufy Kairuz**

tufy60@gmail.com

RESUMO: O presente artigo trata-se de reflexões de pesquisa de doutorado com tese já defendida que versa a respeito dos discursos sobre árabes e muçulmanos em livros didáticos de História de uma instituição educacional específica. Tem como objetivo apresentar a análise do capítulo denominado *Origens do Mundo Islâmico* presente no livro didático de História do 7º ano com destaque para os trechos referentes à presença do Islam no mundo, à sua expansão durante o medievo e especialmente sua permanência em regiões da Península Ibérica do século VIII ao XV, observando se a importância histórica da civilização islâmica assim como se os intercâmbios culturais, econômicos e políticos deste contexto foram abordados e de que maneira. A metodologia consiste em análise discursiva e também iconográfica do capítulo, fundamentada em pesquisa bibliográfica de perspectiva decolonial e crítica. Como resultados constatamos que os intercâmbios sociais não foram abordados, haja vista os contextos serem tratados de forma hermética, sem interlocução com outros, e que a importância do Islam para o mundo não é trazida, sendo esta versada de modo fragmentado e reduzido a personalidades, saberes e invenções destituídos de suas relevâncias históricas e universais quanto civilização..

PALAVRAS-CHAVE: Islam; Livros didáticos de História; Apagamentos.

ABSTRACT: This article is a reflection on a doctoral research project with a thesis already defended that deals with the discourses on Arabs and Muslims in History textbooks of a specific educational institution. It aims to present the analysis of the chapter entitled *Origins of the Islamic World* present in the 7th grade History textbook, highlighting the passages referring to the presence of Islam in the world, its expansion during the Middle Ages and especially its permanence in regions of the Iberian Peninsula from the 8th to the 15th century, observing whether the historical importance of Islamic civilization as well as whether the cultural, economic and political exchanges in this context were addressed and in what way. The methodology consists of discursive and iconographic analysis of the chapter, based on bibliographic research from a decolonial and critical perspective. As a result, we found that social exchanges were not addressed, given that the contexts were treated in a hermetic way, without dialogue with others, and that the importance of Islam for the world is not brought up, being discussed in a fragmented way and reduced to personalities, knowledge and inventions devoid of their historical and universal relevance as a civilization.

KEYWORDS: Islam; History textbooks; Erasures.

* Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada em Psicologia pela UFMS. Atua nas áreas de Psicologia Social e Educacional.

** Doutor em História da América Latina pela York University (Canadá). Mestre em História da Diáspora Africana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou estágio pós-doutoral em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Introdução

A pesquisa de doutorado da qual este artigo é um dos resultados, trata-se de uma tese que versa a respeito dos discursos sobre árabes e muçulmanos/as nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental II da Rede Adventista de Educação. Árabes e muçulmanos/as exerceram significativa importância histórica, cultural, filosófica, técnica e científica para a Europa, para a ocidentalização, para a modernidade, entretanto, isso é pouco conhecido pelo público em geral. Sendo assim, a justificativa da pesquisa se deu pelo fato destes grupos terem a riqueza de suas histórias amiúde ocultadas pela narrativa hegemônica e por serem estereotipados e discriminados há séculos, pelos mais diferentes meios e formas.

Embora o escopo do artigo nos impeça de aprofundar nesta questão, na linha do que argumentam autores como Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), Choppin (2004), entre outros, partimos da concepção de que livros didáticos tratam-se de instrumentos políticos: são permeados por questões políticas, no sentido de exercício de poder, e integram um determinado projeto de nação, que em verdade, traz indiretamente uma concepção cívico-moral e ética das elites, presente desde a confecção dos livros por parte dos produtores/as, distribuição por parte das editoras, avaliação por parte das autoridades governamentais e seleção por parte das instituições, ou seja, questões políticas se fazem presentes e perpassam todo seu percurso: das editoras às salas de aula. Portanto, não se tratam de materiais neutros e simplesmente científicos, mas que influenciam subjetividades, sociedades, modos de conceber e agir no mundo.

Considerando esta perspectiva, o objetivo geral da tese consistiu em averiguar como os livros didáticos de História do Ensino Fundamental II da Rede Adventista de Educação discursam sobre os contextos árabes e muçulmanos, e comparar estes discursos com os referentes às conjunturas europeias, especialmente, mas também africanas e indígenas, considerando a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados.

Questões metodológicas

Como corpus de análise de nossa pesquisa, selecionamos os livros didáticos de História do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II, com as edições produzidas em 2014, 2015 e 2016, totalizando 4 exemplares e 10 capítulos. A análise focou nos capítulos dos livros que tratam dos contextos árabes e islâmicos, sendo 3 capítulos mais específicos sobre estes contextos: o capítulo 1. *Origens do Mundo Islâmico*, do livro do 7º ano; o capítulo 9. Ásia, África e Oriente Médio após o fim da Segunda Guerra e o capítulo 13. *Desafios do mundo globalizado*, ambos do livro do 9º ano.

O trabalho metodológico consistiu em analisar os discursos didáticos a partir de uma perspectiva e referencial teórico decolonial, observando o que os discursos manifestam e o que silenciam sobre os contextos árabes e muçulmanos, com a indagação basilar: que representações de árabes e muçulmanos/ as estes discursos contribuem para produzir? Analisávamos os discursos e pensávamos: por que a história é trazida por este viés (europeu) e não por outros, de povos que também foram partícipes do mesmo processo? Por que o enunciador dos fatos parte de uma perspectiva eurocêntrica? E por que não trazer a versão dos próprios povos a respeito de seus contextos? Quem se sobressai nesses discursos? Como aparecem outros povos igualmente importantes para a humanidade? E, estruturalmente, como se dá a distribuição das páginas para cada contexto e seus povos? Perguntas como estas foram norteadoras da análise.

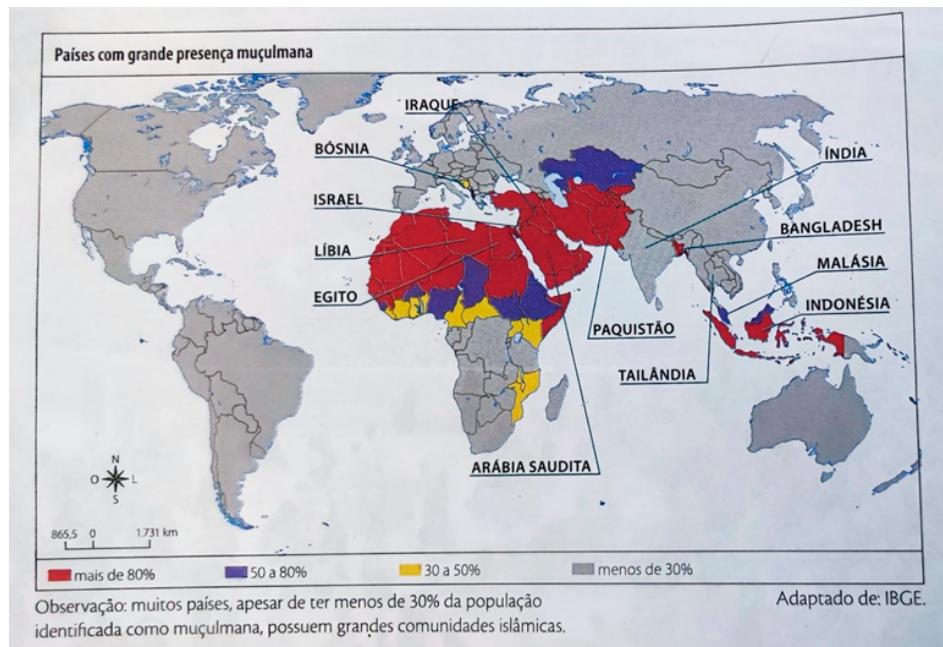
O discurso sobre o islam na península ibérica medieval: análise do capítulo “Origens do mundo islâmico”

No livro didático de História do 7º ano adotado pela escola Adventista, o capítulo objeto de análise do presente artigo, é o primeiro do livro, e denominado *Origens do Mundo Islâmico*. É composto por 17 páginas e estruturado pelos seguintes tópicos: 1. *Peregrinos*, 2. *Geografia do mundo árabe*, 3. *Antes do profeta Maomé*, 4. *O mundo árabe durante a vida de Maomé*, 5. *Após a morte de Maomé*, 6. *Religiosidade islâmica* e 7. *Cultura árabe*. Analisaremos neste artigo, fundamentados em bibliografia decolonial e crítica, os trechos referentes à abrangência atual do Islam no mundo, à sua expansão durante o período medieval e, especialmente, sua presença em territórios da Península Ibérica, do século VIII ao XV, exatamente de 711 a 1492, observando se a importância histórica da civilização islâmica assim como os intercâmbios culturais, econômicos e políticos deste contexto, foram abordados e de que maneira.

Como o título - *Origens do Mundo Islâmico* - sugere, o capítulo se propõe a apresentar e discutir a instituição do Islam no século VII e seu desenvolvimento nos séculos posteriores. A narrativa é realizada de forma cronológica e, já no tópico 1 do livro, é explanado que a religião islâmica não pertence apenas às sociedades árabes, e que países como a Malásia e a Indonésia, no sudeste asiático, são os que possuem as maiores comunidades muçulmanas do mundo.

Este ponto é interessante, pois o início do capítulo já apresenta uma informação que contribui para descontruir a ideia popular de que os países com maior população muçulmana são de origem árabe. Em ordem decrescente, os maiores países com essa população são: Indonésia, Paquistão, Índia, Bangladesh, Nigéria, Egito e Irã (Muslim, 2020), ou seja, países localizados no continente asiático e africano e não no Oriente Médio ou na Península Arábica como pressupõe o senso comum e sua tendência em associar diretamente o Islam com o mundo árabe.

Na página seguinte, há um mapa denominado *Países com grande presença muçulmana*:



Fonte: Prestes Filho e Xavier (2015, p. 6).

Figura 1. Países com grande presença muçulmana

Neste mapa, a seguinte questão nos chama atenção: significativa comunidade muçulmana encontra-se na Palestina, sendo, portanto, um território de grande presença muçulmana (mais de 80%), contudo, o território não é mencionado, de modo a ocultar sua existência, revelando um apagamento epistemológico da história, da cultura e de um povo, que ocupa há milênios o território, atualmente sob colonização e ocupação militar pelo estado de Israel, mencionado no mapa. Constatamos este apagamento, mas desconhecemos suas razões.

Além do mais, a partir do mapa, pensamos ser importante uma breve explicação a respeito do motivo histórico de grandes populações muçulmanas estarem presentes em países do continente asiático, africano, europeu, além da região do Oriente Médio, onde se originou. A razão está na expressiva expansão islâmica que se deu de 632 a 750, no período da Era de Ouro Islâmica, como retrata o antropólogo Goody (2004, p. 21, tradução nossa):

A história do Islã na Europa inicia-se na realidade desde o surgimento da religião muçulmana no século VII, e sua expansão tem três grandes fases de penetração territorial. [...]. O Islã inicia sua expansão a partir do Magrebe desde o século VIII sob a impulsão dos árabes, depois chegando aos Balcãs no século XIV levado pelos turcos e depois para a Europa setentrional pelos mongóis recentemente convertidos. Cada uma dessas fases de expansão contribuiu para fazer evoluir o pensamento ocidental que começa a ter um acesso aos conhecimentos e à refinada civilização muçulmana e, sobretudo, à sua potência militar.

Nesta linha de argumentação, consoante Freire (1998), não existe na história do mundo nenhum acontecimento comparável à expansão do Islam e sua civilização, pela sua universalidade, pela rapidez estrondosa das suas conquistas e pela imensidate das suas consequências: em pouco mais de um século após a morte do profeta Muhammad (s.a.w.s.) (632), o domínio muçulmano estendia-se do mar da China ao Oceano Atlântico, tendo conquistado sucessivamente o Império Persa, a Síria, o Egito, o Norte da África e o Sul da Europa, sendo que, de forma inevitável, levou e adotou várias práticas sociais, políticas e religiosas, promovendo um significativo intercâmbio cultural nas regiões e povos por onde passou. Deste modo, a expressão mais correta, para fazer jus a todo o esplendor, importância e riqueza científica, social e cultural deste contexto, é “civilização islâmica” no sentido de um significativo avanço existente nas sociedades islâmicas do período medieval em relação ao mundo e à Europa que, então, tratava-se de uma região periférica (Tuhwai Smith, 2012).

É relevante também afirmar que, neste processo de interação e de confluências mútuas, em diferentes âmbitos da vida, derivará da civilização islâmica a constituição de divisões sectárias, seitas e vertentes místicas, a exemplo do Sufismo. Nas palavras de Osman (2015, p. 52): “A diversidade geográfica e cultural na qual o Islã cresceu permitiu-lhe recepcionar diversas abordagens e vivências”. Além disso, Pinto (2010) nos expõe que embora os diferentes impérios islâmicos, como o Império turco-otomano e o Império Mogul (mongol na Índia) buscassem criar ortodoxias oficiais, sempre coexistiram “uma pluralidade de tradições religiosas islâmicas e não islâmicas (cristãos, judeus, zoroastras e hindus)” (Pinto, 2010, p. 122).

Por sua vez, consoante Goody (2004), a presença do Islam na Europa promoveu, através do mar Mediterrâneo, intensos intercâmbios de povos asiáticos, africanos e europeus, e, por consequência, de ideias, práticas religiosas, filosofias, culturas, animais, plantas, técnicas culinárias, urbanísticas, paisagistas, de etiquetas etc. Ou seja, ao contrário do que se narra tradicionalmente, ao longo da história, os europeus foram se apropriando de práticas, técnicas e saberes em geral, por meio do contato com povos não europeus. Em função do “mar-corredor” Mediterrâneo, a Europa, especialmente durante a Idade Média, vivenciou um movimento de intensas e significativas trocas com outras civilizações sobre o qual pouco se fala nos livros de história, na literatura, no cinema, na academia, de modo geral.

Segundo Goody (2004), esses intercâmbios possibilitaram à Europa Ibérica, em especial, a construção de importantes centros científicos e culturais, que contribuíram significativamente para o que se edificou como a genialidade do mundo Ibérico e da Europa Ocidental a partir do século XV. Neste sentido, a convivência entre muçulmanos, cristãos e judeus, entre os povos das três religiões monoteístas e de outras pode ser considerada uma das razões pelas quais a região prosperou como um centro de cultura e ciência.

Retornando ao livro, no tópico 5. *Após a morte de Maomé*, o capítulo aborda a dinastia dos Omíadas e sua conquista de todo o norte africano, assim como a chegada dos muçulmanos na Península Ibérica descrita como um “ataque”: “Partindo do continente africano, atravessaram o estreito de Gibraltar

e **atacaram** a Península Ibérica, controlando o centro e o sul, ficando apenas o extremo norte da península sob o domínio dos cristãos" (Prestes Filho; Xavier, 2015, p. 12, *grifo nosso*).

A ideia de "ataque" apresentada na narrativa e sua conotação de uma iniciativa necessariamente ofensiva, que trará danos ao território e a seus sujeitos, carrega o sentido do muçulmano como inimigo, invasor, violador a ser combatido e expulso. Tal narrativa edifica uma ideia de muçulmano como o "Outro" que se apossou do território à força, por meio da violência, e que, portanto, é o bárbaro a ser derrotado, eliminado, e consequentemente, um grupo a ser rejeitado e apagado da memória coletiva, um esquecimento que se concretiza na atual islamofobia europeia e seu projeto de nação que oculta as contribuições de outros povos para sua constituição ao longo da história.

E a historiografia, auxiliada por interpretações e intervenções de quem a narra, assim se deu: o último ano da expulsão dos muçulmanos foi 1492, com a queda do reino islâmico de Granada e sua retomada pelos cristãos sob liderança de Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão. E a partir deste ano divisor entre a Idade Média e a Moderna - 1492 - deu-se continuidade à concepção do muçulmano como grande inimigo do Ocidente e da Europa, iniciada já no século VIII como nos traz Arjana (2015), presente e reforçada até hoje, e que tem a islamofobia como efeito social dessa diferenciação inferiorizante.

Contudo, o arqueólogo e ex-professor de história medieval na Universidade de Lisboa, Claudio Torres (2018), considera que o Islam foi capaz de se propagar rapidamente por toda a região da Europa Ibérica e lá permanecer durante séculos, em razão de relações comerciais e econômicas, e não como resultado de uma conquista violenta. Consoante o arqueólogo:

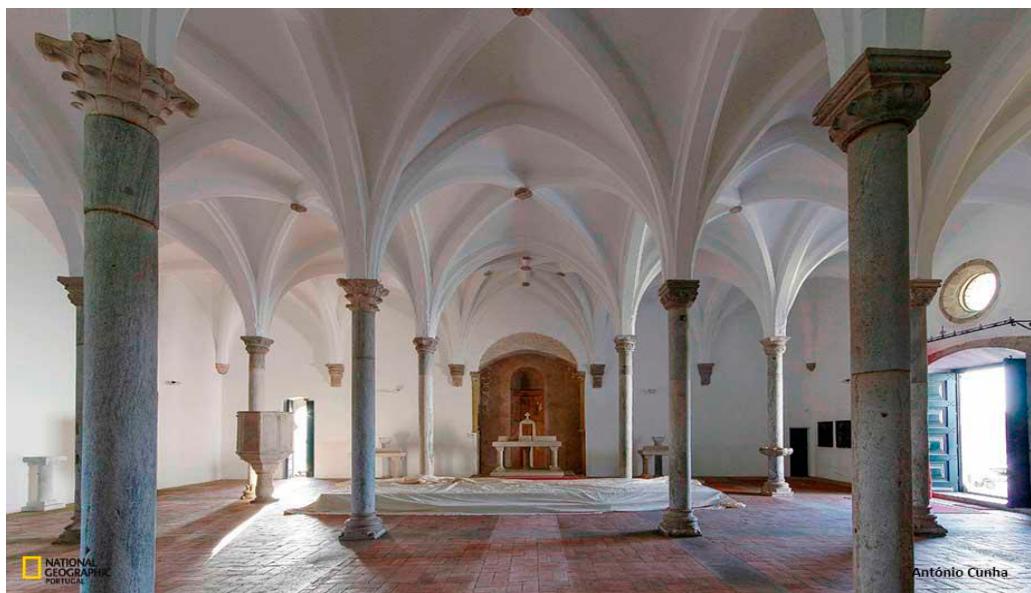
Houve sempre batalhas, mas isso não tem nada a ver com a expansão de religiões deste tipo. A religião islâmica veio através do comércio, dos portos. O diálogo é a base do comércio, e é através do diálogo que se expandem as ideias, as religiões, as coisas novas. O Islão não foi imposto à espadeirada (Torres, 2018, p. 1).

Neste tocante, acredita-se que o rápido avanço do povo muçulmano se deu em razão de tratados e acordos que faziam; tratando-se, portanto, sua expansão cultural e religiosa de negociações e somente, em última hipótese, de lutas armadas, sendo suas "invasões" consideradas "mais uma expansão pacífica e negociada, do que uma conturbada incursão bélica", segundo Parafita (2006, p. 22).

Neste sentido, é importante pensarmos que um império não manteria seu domínio por quase oito séculos, em determinado território, apenas pela via militar ou por meios violentos e, sim, pelo respeito aos povos sob sua governabilidade. E esta reflexão não se trata de uma visão romântica da expansão islâmica, mas exatamente, de demonstrar a presença de uma convivência, de uma coexistência promovida pelo Islam medieval, hegemonicamente ocultada da historiografia ocidental e do sul global.

Ademais, segundo Lopes (2021), os arqueólogos da cidade de Mértola, região do Alentejo, onde existe uma igreja de mesmo nome que era uma antiga mesquita, desvendaram um passado de coexistência; sua arquitetura é um dos indícios e legados patrimoniais mais antigos da prática medieval de conversão

de templos religiosos islâmicos em cristãos. A mesquita foi cristianizada durante a Reconquista Cristã, em 1238, quando Mértola foi conquistada pelas hostes de Santiago da Espada. Os novos conquistadores não promoveram novas construções, mas aproveitaram as edificações existentes, as estruturas do antigo castelo, que passou a ser dedicada a Santa Maria. A escavação, realizada na parte exterior do monumento, revelou uma estrutura monumental, constituída por silharia de granito reaproveitada, com cerca de dois metros de altura (Lopes, 2021).



Fonte: National Geographic Portugal (Lopes, 2021).

Figura 2. Antiga mesquita, atual igreja de Mértola

Outro exemplo atual, que remete a este encontro intercultural árabe/ibérico do passado está no dueto tradicional entre a cantora palestina Tereza Suleiman e a cantora portuguesa Sofia Adriana, em parceria, elas expressam acontecimentos de suas terras; a palestina entoa canções sobre mulheres palestinas que visitam presos políticos, enquanto a portuguesa canta sobre mulheres rurais peninsulares (Amigos da Palestina, 2022). Tais exemplos de multiculturalidade desafiam o modo como a história tradicional é narrada em Portugal. Segundo Martinez, Rafael e Torres (2016), nas escolas portuguesas, os séculos de presença muçulmana são estudados brevemente. Os livros didáticos enfatizam a “reconquista” cristã do território. Assim, a identidade portuguesa foi construída em oposição aos islâmicos, historicamente colocados como inimigos.

E sabemos que a edificação ideológica do outro como inimigo e sua exclusão ontológica é fundamental para a constituição da própria identidade, da identidade nacional, a despeito de qualquer dúvida cultural que o conquistador possa ter com o grupo, agora, rejeitado. Deste modo, a construção ideológica do “outro” (o muçulmano) e da “outra” religião (a muçulmana), desde o século XVI, foi de

importância capital para a edificação da Europa e de sua identidade nacional; nada como um “inimigo” para gerar uma coesão coletiva. Nas palavras de Osman (2017, p. 4):

Essa identificação dos muçulmanos enquanto pertencentes a uma religião ou modo de pensamento distinto de um pensamento padrão (europeu, branco e ocidental) é recorrente desde a Idade Média e se estende à contemporaneidade, de modo que as discussões sobre decolonialidade e islamofobia são necessárias.

Contudo, esclarece a professora de História Medieval da Universidade de Évora, Filomena Barros (2014), que grande parte da população local se converteu ao Islam, sendo revelado por pesquisas que, no século X, metade da população da península Ibérica era muçulmana, convivendo com grupos cristãos e judeus. E que mesmo com a reconquista cristã, muitos muçulmanos e muçulmanas permaneceram em terras ibéricas: a derrota não significou o fim completo de sua presença. Porém, o catolicismo, no centro das narrativas nacionalistas, descreveu os muçulmanos como invasores e “inimigos da nação cristã”.

Contrapondo o que traz historiadores como Henry Kamen (1996), ao afirmar que durante boa parte do governo islâmico os três maiores grupos que ocupavam a região – muçulmanos, cristãos e judeus – coexistiram sem grandes conflitos até a Reconquista da Península. Os Califados Omíada e de Córdova, que dominaram a região entre os séculos VII e XI, permitiam aos judeus/as e aos cristãos/as viverem sob suas próprias leis, protegidos pelo governo.

Esses povos viviam em comunidades prósperas e compunham os quadros do governo, ocupando cargos de confiança na corte. De acordo com Pérez (2005, p. 31, tradução e grifos nossos): “muçulmanos consideravam que os cristãos e os judeus eram, como eles, ‘gente do Livro’, ou seja, leitores da Bíblia; por causa de sua condição de filhos de Abraão e monoteístas, cristãos e judeus mereciam um tratamento especial, definido no *dhimma*”.

Conforme Lopes (2021), depois que muçulmanos/as e judeus/as foram expulsos/as da Península, sinagogas e mesquitas foram destruídas, apropriadas pela igreja católica ou transformadas em residências privadas, na tentativa de apagamento do passado da região e da história permeada por séculos de presença judaica e islâmica, atestando patrimônicios e espiritualicídios dessa conjuntura, pois ao se destruir as construções religiosas, destrói-se também o reconhecimento e a cosmologia das religiões ali presentes, além dos genocídios dos povos que as professavam (Grosfoguel, 2016).

Consoante Vidal (2020), recentemente, a expulsão da população judaica foi reconhecida pelo governo português com desculpas públicas, e com uma lei de restituição de 2015 que oferece cidadania portuguesa aos descendentes de judeus/as expulsos/as no início do período moderno. Contudo, é pertinente observar que os muçulmanos/as expulsos/as pelo mesmo decreto de 1496, (o rei Manuel I decidiu expulsar todos judeus/as e muçulmanos/as, tornando o reino exclusivamente cristão), não receberam os mesmos privilégios. Jose Ribeiro e Castro, um político conservador que redigiu a lei de restituição, disse ao canal *Al Jazeera* que “a expulsão dos muçulmanos está mais relacionada a conquistas

e batalhas do que à intolerância religiosa" e, portanto, não poderia ser comparada à perseguição aos judeus/as, que se baseava exclusivamente em ódio e fanatismo (Vidal, 2020).

Nesta linha, Grosfoquel (2016) argumenta que uma espécie de proto-racismo se inicia quando a Europa classifica como inferior as religiões muçulmanas e judaicas que habitavam a Península Ibérica no período medieval. Neste contexto, principia a consolidação do antisemitismo, incluindo judeus/as e muçulmanos/as. Contudo, a partir do século XX, esta categoria vai aos poucos deixando de se referir ao Islam ideologicamente, quando da tentativa da Europa se penitenciar da culpa pelo Holocausto, e também quando da implantação do estado de Israel na Palestina Histórica, que instrumentalizará politicamente o termo para fins sionistas, gerando o atual equívoco de se conceber antisemitismo como intolerância exclusiva a judeus/as e de se confundi-lo com antissionismo (crítica e resistência contra a ocupação militar da Palestina e o regime de *Apartheid* imposto por Israel ao território).

Em relação à Espanha, argumentam Sánchez (2010) e Ortiz (2009), que a antiga discriminação religiosa antisemita da Europa medieval praticada pela monarquia cristã espanhola (no final do século XV) ainda não era racial, e incluía entre os semitas tanto judeus como islâmicos. Toda vez que estes se convertiam ao cristianismo, as portas para a integração estavam abertas, e isso perdurou por todo o período de retomada de Andalus por parte da monarquia espanhola medieval. E consoante Maldonado-Torres (2008, p. 121, tradução nossa):

A conquista definitiva de Al-Andalus, no final do século XV, foi realizada sob o lema da "pureza do sangue", que era um discurso proto-racista (embora não totalmente racista), contra as populações muçulmanas e judias durante a conquista colonial do território por parte da monarquia cristã espanhola contra o califado de Granada, que foi a última autoridade política muçulmana na Península Ibérica.

Segundo Grosfoguel (2016), a prática da limpeza étnica no território de Andalus, neste período, ocasionou um genocídio cultural e físico contra muçulmanos/as e judeus/as. Membros destes grupos que ficaram no território foram forçados a se converter ao cristianismo (genocídio cultural) ou foram assassinados (genocídio físico). De acordo com Kettami (2012), o objetivo da monarquia cristã espanhola era unificar todo o território sob o seu controle, com um único estado, uma única identidade e religião, em contraste com Andalus, onde havia vários sultanatos (espécie de monarquia) e o reconhecimento dos direitos das distintas identidades e espiritualidades nos limites de suas fronteiras.

Demonstra-se neste processo que os grupos religiosos muçulmanos e judaicos vivenciaram a destruição massiva de sua espiritualidade, cultura e conhecimentos. A conversão forçada contribuiu para destruir a memória, os saberes e a religiosidade destes povos atravessados, até o presente, pela invisibilidade, na historiografia tradicional, de sua presença no território.

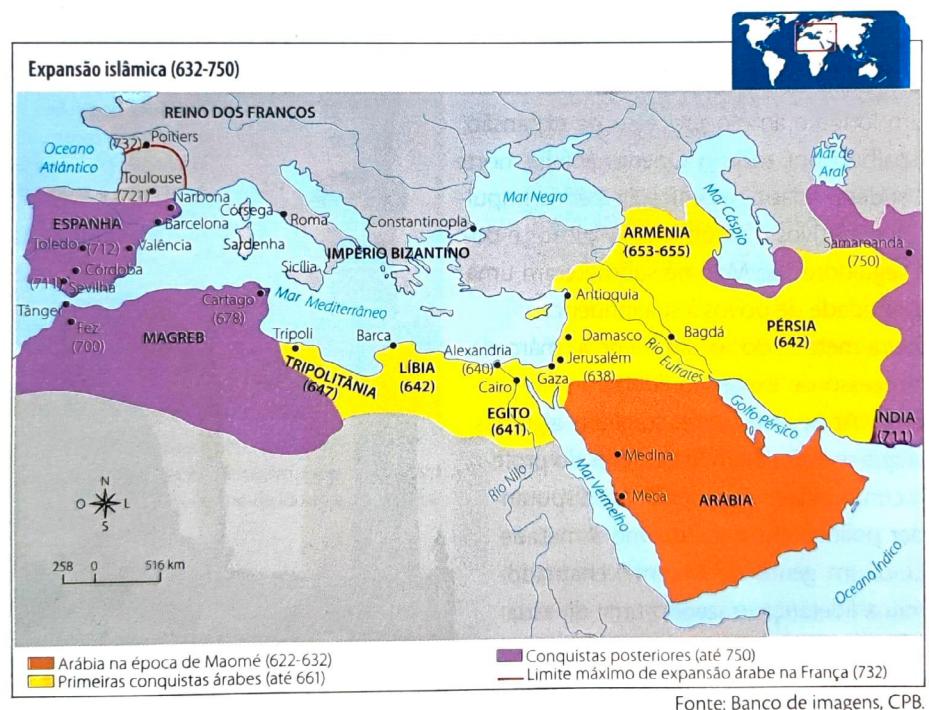
De todo modo, diferentes comunidades viveram juntas até o final do século XV, explica Susana Martínez, professora de história e arqueologia medieval da Universidade de Évora, afirmando que a expulsão de judeus/as e muçulmanos/as, a partir de 1492, interrompe o extenso período de convivência,

à medida que o cristianismo do norte busca impor sua fé a todos e todas. E o contexto anterior, aberto à tolerância, pode esclarecer porque os muçulmanos conseguiram conquistar a maior parte do território com pouca dificuldade. Termos generosos de rendição também pressupunham que houvesse mais capitulações pacíficas do que confrontos, permitindo que os muçulmanos conquistassem boa parte do sul da Europa em poucos anos. (Martinez; Rafael; Torres, 2016).

Neste sentido, mais do que batalhas, a arqueologia ajuda a desvendar uma realidade de condescendência e aceitação presente nos antigos patrimônios ibéricos e revela que as rupturas e desencontros entre muçulmanos/as, judeus/as e cristãos/as de Portugal possuem um forte teor ideológico de inimizades e de invasões, onde, na realidade, houve tolerância. Governantes muçulmanos, como sultões e califas, impuseram regras e leis, a exemplo de impostos, para judeus/as e cristãos/as viverem nos territórios sob seus governos, mas não os exterminaram. Eles podiam professar suas crenças, contanto que se submetessem às regras, ou seja, respeitando os limites estabelecidos.

Ressaltamos também que as ideias modernas concebidas a partir do humanismo e da Revolução Francesa, como igualdade e fraternidade, não existiam no período medieval, tampouco as ideias de etnias e de nacionalidades. Portanto, é preciso reconhecer as particularidades do que chamamos de convivência atualmente em relação àquele momento histórico. Numa época de enrijecimento das fronteiras, resgatar e conhecer este passado é apreender um momento histórico de ricas conexões, em que o mar Mediterrâneo, mais que uma fronteira geográfica, era um conector de culturas, e que suas margens mais uniram do que dividiram, compartilhando histórias comuns. Sendo assim, nas palavras do arqueólogo Virgílio Lopes, referindo-se a muçulmanos e judeus: “Essas pessoas também são nossas. Geneticamente e culturalmente, somos muito próximos” (Lopes, 2014, p. 23).

De todo modo, a narrativa da presença muçulmana na Península Ibérica é simplificada, sequer é mencionada sua permanência de quase oito séculos (711-1492) na região. Logo, há uma narrativa genérica e a ausência de informações cruciais inviabiliza o conhecimento deste contexto histórico com mais detalhes, impedindo um esclarecimento da presença e influência árabe/islâmica na Europa Ibérica, na Espanha, em Portugal e consequentemente no Brasil. Ou seja, apresenta-se uma narrativa que não faz conexões, que cinde, fragmenta os fatos e tornam perdidos os elos históricos. Seguindo com o livro, na página 12, encontra-se o mapa intitulado *Expansão Islâmica (632-750)*, retratando as conquistas muçulmanas do período.



Fonte: Banco de imagens, CPB.

Fonte: Prestes Filho e Xavier (2015, p. 12).

Figura 3. Expansão Islâmica

A partir dos dois mapas no capítulo, o primeiro a respeito da grande presença muçulmana em determinados países e este segundo referente à expansão islâmica, supomos que os mesmos poderiam ser utilizados para esclarecer duas questões que consideramos importantes e que estão interligadas: o fato de que as maiores populações muçulmanas atualmente concentram-se no sudeste asiático está relacionado à vasta expansão islâmica que se deu na Era de Ouro Islâmica durante o período medieval, o que esclarece o significativo número de muçulmanos/as em países asiáticos e atesta a diversidade étnica de muçulmanos/as no mundo contemporâneo em seus aproximados 2 bilhões de seguidores/as.

Observamos também como a legenda traz a generalização de árabes como muçulmanos, como se tratasse de grupos homogêneos – “Primeiras conquistas árabes (até 661)”; “Limite máximo de expansão árabe na França (732)”. Entretanto, na expansão muçulmana, havia árabes assim como povos arabizados e islamizados (que receberam influência árabe e islâmica), especialmente de origem africana, o que também incorre a erros de denominar como árabes importantes polímatas como Ibn Khaldun (1332-1406), nascido na Tunísia, país localizado no norte da África.

De todo modo, ainda atualmente, presume-se que sociedades muçulmanas tão diversas, que se estendem da Indonésia até o Senegal, constituem uma única comunidade monolítica culturalmente, ignorando-se seus projetos históricos particulares, bem como as diferentes escolas, orientações, vertentes e seitas islâmicas existentes em cada região (Pinto, 2010). Por isso, a importância de o livro didático

esclarecer essa diversidade e contribuir para desconstruir essa generalização que acaba por homogeneizar as diversas e singulares populações muçulmanas.

Outrossim, não há referência no capítulo analisado à Era de Ouro Islâmica totalmente vinculada a sua expansão. Observamos, portanto, um apagamento deste marco histórico que foi fundamental para a configuração da modernidade, a partir das descobertas no âmbito filosófico, científico, médico, agrícola, geográfico, cartográfico, que levadas até a Península Ibérica por muçulmanos, lá permaneceram e influenciaram as grandes navegações, o sistema agrícola dos latifúndios e a monocultura do açúcar no período de colonização das Américas e do Brasil.

Nos livros didáticos, de um modo geral, todo este aparato de conhecimentos que determinou os mapas coloniais a partir de 1492 e a dominação das Américas, não é mencionado, dando a entender que a “Descoberta da América”, grande acontecimento fundador da modernidade, se deu exclusivamente pelo povo europeu e não pelo intercâmbio, no território ibérico, de conhecimentos e técnicas trazidos por muçulmanos.

Outro ponto que destacamos no tópico é a referência ao rei franco Carlos Martel que, segundo o livro, deteve a chegada dos muçulmanos no território que atualmente é a França. No quadro intitulado *Você sabia?*, há a seguinte colocação:

Alguns estudiosos consideram a Batalha de Poitiers, quando Martel venceu os árabes (sic), um momento decisivo na história do Ocidente. Segundo eles, se os franceses tivessem sido derrotados, a expansão árabe (sic) poderia ter continuado até chegar novamente ao Oriente Médio, promovendo a submissão de todo o Ocidente europeu, que teria sido islamizado [...] (Prestes Filho e Xavier, 2015, p. 12).

Consoante Bertolini (2018), autores franceses incluem a narrativa sobre o Islam nos manuais didáticos a partir da “Batalha de Poitiers” de 732 que, de acordo com eles, foi um acontecimento que marcou o fim das intenções muçulmanas de expansão na Europa. Carlos Martel é concebido como herói, sendo aquele que impediou a plena dominação da Europa pelo Islam. Entretanto, para os historiadores Michael Borgolte e Stefan Schreiner (2015), Poitiers não foi uma batalha tão decisiva entre cristãos e muçulmanos, como afirmam as narrativas tradicionais. Conforme os autores, não havia nada particularmente especial nos ditos ataques, pois as intenções dos muçulmanos não ultrapassavam eventuais saques na região, sem grandes interesses de adentrar o território dos franceses:

Esta batalha aconteceu. (...) A nomeação do vencedor da batalha, como Carlos Martell. No entanto, a ciência sabe que a batalha era relativamente insignificante em seu tempo. As excursões de muçulmanos da Espanha para Gália e Império Franco não era estratégica, é errado supor que isso estava ligado a uma expansão de bens. Os muçulmanos queriam o saque. Eles não tinham nenhuma intenção de ampliar seu território para a Gália ou para França, como se diz hoje (Borgolte e Schreiner, 2015, p. 4).

Goody (2015) igualmente traz que historiadores ocidentais tradicionalmente atribuem a Carlos Martel a criação da cavalaria, na batalha de Poitiers, levando a uma vitória que, os europeus, sensibilizados pela lenda e pela história épica, pensam ter salvo a Europa dos muçulmanos. Entretanto, o autor salienta que este evento não passou de uma pequena incursão para os muçulmanos, que estavam bem mais preocupados com seus conflitos na Constantinopla.

Deste modo, é possível inferir como certos fatos são tradicionalmente narrados e interpretados de forma superdimensionada, enquanto outros autores, que partem de uma perspectiva não eurocêntrica, trazem uma visão dos mesmos de forma menos determinante na história, contrariando assim, o suposto caráter decisivo e heroico de determinados acontecimentos europeus, trazido pelos discursos clássico-coloniais.

No tópico 7. *Cultura Árabe*, o capítulo apresenta algumas criações do mundo árabe ou descobertas de outros povos, levadas pelos árabes ao Ocidente, relacionadas à matemática, à química, à agricultura, a exemplo dos algarismos, do papel, da cana-de-açúcar, assim descritos:

Em relação aos algarismos (números), usamos os chamados indo-árabicos (1, 2, 3, 4...), introduzidos pelos árabes no Ocidente, que por sua vez, receberam influência da Índia. Imagine como seria se ainda utilizássemos os algarismos originalmente ocidentais (I, II, III, IV...) para resolver operações matemáticas! [...] Os árabes foram responsáveis pela introdução do papel no Ocidente. Na química, destacaram-se como aqueles que desenvolveram o álcool, originário da cana-de-açúcar, também trazida por eles ao Ocidente (Filho; Xavier, 2015, p. 15).

O tópico faz também referência a uma obra literária árabe mundialmente conhecida - *As mil e uma noites*:

Na literatura, **Omar Khayan** se tornou mundialmente conhecido pelo famoso livro *As mil e uma noites*, por meio do qual a cultura árabe é representada em vários contos que abordam aspectos da vida e do pensamento árabe (Prestes Filho; Xavier, 2015, p. 15, *grifo nosso*).

Entretanto, é necessária a correção de que a referida obra não é de autoria do poeta e escritor Omar Khayan (1048-1131), mas de autoria anônima com estórias e contos populares de origem árabe, persa e indiana, que foram compilados no idioma árabe a partir do século IX e transformada num clássico da literatura mundial a partir da tradução para o francês realizada em 1704 por Antoine Galland (Jarouche, 2012).

Prosseguindo com o livro, na mesma página, temos a seguinte imagem, assim legendada: “Página de um manuscrito europeu do século XV, ensinando o uso dos numerais elaborados pelos árabes”:



Página de um manuscrito europeu do século XV, ensinando o uso dos numerais elaborados pelos árabes.

Fonte: Prestes Filho e Xavier (2015, p. 15).

Figura 4. Uso dos numerais elaborados pelos árabes

Neste caso, é interessante observar que, mesmo um conhecimento indo-árabico, no âmbito da matemática, fundamental e utilizado até os dias atuais, é apresentado no livro didático através da imagem de um manuscrito europeu e não de um manuscrito originalmente árabe. Ou seja, embora a invenção indo-árabica seja demonstrada, a fonte é europeia. Isto desvela também o fato de que obras árabes e islâmicas do período medieval sejam mais difíceis de ser encontradas, o que se relaciona com o epistemicídio a que foi submetido os conhecimentos destes grupos presentes na Península Ibérica, ao final da era medieval, durante a reconquista pelos cristãos, como argumenta Grosfoguel (2016, p. 10):

Além do genocídio, a conquista da região de Al-Andalus foi acompanhada por um epistemicídio. A queima das bibliotecas, por exemplo, foi um método fundamental para a conquista da região. A biblioteca de Córdoba, com um acervo de 500 mil livros, quando a maior biblioteca cristã da Europa não continha mais de mil livros, foi queimada no século XIII. Até a conclusão da conquista de Al-Andalus, muitas outras bibliotecas tiveram o mesmo destino, culminando com a queima dos 250 mil volumes da biblioteca de Granada pelo cardeal Cisneros, no início do século XVI. Estes métodos eram estendidos aos ameríndios. Assim, o mesmo aconteceu com os códices indígenas - a parte escrita da prática utilizada pelos ameríndios na busca pelo conhecimento. O genocídio e o epistemicídio caminharam juntos no processo de conquista das Américas e de Al-Andalus.

Na página seguinte, há a referência ao pensador árabe Averróis (nome ocidental de Ibn Rushd: 1126 -1198), assim descrito:

Dentre os principais representantes da filosofia e da ciência árabe medieval, destacou-se **Averróis**, apaixonado pelo pensamento antigo clássico e o responsável pela preservação de algumas obras de Aristóteles durante a Idade Média (Prestes Filho; Xavier, 2015, p. 16, *grifo nosso*).

A descrição, entretanto, reduz a influência do pensador ao mundo árabe, à sua paixão pelo pensamento clássico e à preservação das obras aristotélicas, contudo, segundo Bakri (2021), Ibn Rushd ou Averróis, natural de Córdoba, foi um pensador imortalizado não apenas na cultura árabe, mas também na cultura universal. Foi um polímata, com conhecimentos de medicina, teologia, filosofia, astronomia, física, direito islâmico, entre outros, sendo uma referência intelectual para eruditos e estudiosos europeus do medievo.

Sua importância valeu um lugar no afresco “Escola de Atenas” de Rafael Sanzio, presente no livro didático no capítulo *Mudanças na Europa: Renascimento e Reforma*, e assim legendado: “Escola de Atenas (1510), de Rafael Sanzio - técnica de afresco (500 x 700 cm). Palácio Apostólico, Vaticano. As figuras centrais caminhando representam os filósofos gregos Platão e Aristóteles”. Ibn Rushd ou Averróis também é referido na obra literária *A Divina Comédia* de Dante Alighieri (1265-1321), publicada em 1472, como um dos integrantes do paraíso, junto com outro polímata e grande filósofo muçulmano, Ibn Sina ou Avicena como é conhecido ocidentalmente.



Fonte: Prestes Filho e Xavier (2015, p. 78).

Figura 5. A Escola de Atenas, de Rafael Sanzio

Por sua vez, sobre a medicina islâmica-árabe, o livro traz a seguinte afirmação seguida de ilustração:

Outro aspecto importante da contribuição árabe foi o avanço da medicina. Como os muçulmanos não tinham as mesmas restrições que os cristãos da Idade Média em relação ao corpo humano, desenvolveram técnicas cirúrgicas e estudaram anatomia para entender as causas das doenças (Prestes Filho; Xavier, 2015, p. 16).



Fonte: Prestes Filho e Xavier (2015, p. 16).

Figura 6. Instrumentos cirúrgicos muçulmanos medievais do século XV

A ciência médica desenvolvida por árabes e muçulmanos, no período medieval, é tradicionalmente omitida ou brevemente referida nos livros didáticos de modo geral. Segundo o historiador de ciência Charles Singer (1950), o cristianismo medieval tinha uma atitude anticientífica em relação à medicina, que experimentou um período de “desintegração progressiva”. “Durante o início da Idade Média, a medicina passou por diferentes controles - da Igreja cristã e dos eruditos árabes [...]. A doença era entendida como punição pelo pecado, requerendo somente oração e arrependimento”, segundo Singer (1950, p. 23).

Neste contexto, ocorreu certo declínio do conhecimento, na Europa, em várias áreas e sobretudo na medicina, pois a dissecação do corpo humano (“feito à semelhança de Deus”) tornara-se proibida e ilegal, levando médicos como o grego Cláudio Galeno serem forçados a examinar animais. Após a queda de Roma, a aprendizagem deixou de ser valorizada, os experimentos foram desencorajados, e a

originalidade tornou-se uma virtude perigosa. Sendo assim, os hospitais não foram uma invenção cristã; e a enfermagem era praticada nos grandes hospitais de Bagdá e em outras regiões orientais (Goody, 2015). Deste modo, o conhecimento islâmico médico se desenvolveu de forma mais profunda e mais livre de dogmas religiosos, e a dissecação de cadáveres, apesar de não ter sido uma prática comum no Islam Medieval, não era proibida (Savage-Smith, 1995).

Nesta linha, argumenta Goody (2015), que a única contribuição que o Ocidente fez para a preservação do conhecimento médico, se não para seu crescimento, foi a tradução para o latim de textos médicos gregos, que foram guardados em alguns monastérios. E um quadro mais dinâmico é, de alguma forma, apresentado pelo cristianismo oriental. Os cristãos persas da igreja nestoriana traduziram textos de conhecimentos médicos clássicos para o árabe. Igualmente da Pérsia veio o médico Rhazis (Abū Bakr Muhammad Zakariyyā Rāzī, 854-932), bem como Ibn Sina (980-1037) cujo principal trabalho, o *Cânone da Medicina*, foi usado na escola de medicina em Montpellier até 1650 (Goody, 2015).

No aspecto estrutural, consideramos relevante que o excerto do livro didático acima mencionado indicasse as referências ou nomes de importantes médicos muçulmanos do período medieval, ao invés de deixá-los no anonimato, trazendo apenas a medicina em si. Denominá-los é uma forma de construir e reforçar a associação entre um nome árabe/muçulmano e as descobertas da medicina, historicamente centradas em europeus e norte-americanos, invisibilizando a medicina oriental como um todo.

Ademais, nossa análise permite inferir que há um destaque dado a importantes pensadores europeus; como exemplo, é dedicada mais de uma página para se falar de Leonardo da Vinci; há uma foto de sua obra artística *A Última Ceia* (1495-1498), assim como outra imagem baseada na sua obra *Homem Vitruviano*, além de ser citado ao longo do capítulo e demonstrado em foto com mapa de sua localidade ao lado de outros importantes artistas europeus, como Michelangelo Buonarotti, do qual também são apresentadas as obras.

Trazemos isso para assinalar como existe tradicionalmente nos livros didáticos e neste que analisamos, igualmente, um tratamento discursivo e iconográfico superiormente dedicado a figuras históricas europeias, fazendo com que, ao longo do tempo, estas pessoas sejam memorizadas e lembradas na consciência dos alunos/as, futuros adultos/as, mesmo porque também retratadas em outros veículos informativos; um processo que distintamente ocorre com importantes figuras dos mundos árabes, muçulmanos, orientais, entre outros, a despeito de suas importâncias para o mundo, revelando claramente o cunho eurocêntrico da produção didática analisada.

Neste sentido, a respeito de personalidades significativas das civilizações árabe- islâmicas pouco se fala, pouco se conhece, no ocidente e Sul global; é preciso fazer uma pesquisa mais direcionada e aprofundada para encontrá-las, pois isto não nos chega facilmente em língua portuguesa. Na narrativa didática, estes, quando apresentados, o são de forma dispersa, e citados ou mencionados sem nenhum parágrafo que descreva de forma mais detalhada a seu respeito. Em outros momentos, eles são referidos genericamente como “árabes” sem nenhuma identificação nominal.

Por isso a sugestão de que esta narrativa possa ser reconstruída com mais qualidade e dedicação, de modo a padronizar a abordagem de personagens históricos importantes dos demais povos, e não apenas dos brancos europeus. Recomendamos haver um equilíbrio na estrutura da narrativa e da iconografia, buscando-se romper com a colonialidade e com o eurocentrismo ainda presente nos materiais didáticos, na linha do que o escritor nigeriano Chinua Achebe (2000) cunhou como “um equilíbrio de histórias”.

Considerações finais

O capítulo *Origens do mundo islâmico* presente em livro de História do 7º ano aborda, de modo geral, temas comumente debatidos nos livros didáticos a respeito do Islam – o mundo árabe antes, durante e após a vida de Muhammad (s.a.w.s.), os pilares da religião, o Alcorão, suas principais correntes – xiita e sunita –, algumas invenções e traduções desenvolvidas por árabes e muçulmanos, assim como suas descobertas e de outros povos levadas por eles a regiões da Europa Ibérica, o fenômeno do terrorismo, entre outros.

Contudo, este tipo de narrativa silencia a importância da civilização islâmica para o mundo, uma importância de cunho civilizatório a partir, sobretudo, da vanguarda de conhecimentos produzidos, trazidos e traduzidos por muçulmanos para territórios da Europa Ibérica, por quase oito séculos, mais de meio milênio, uma revolução científica que foi apropriada pelo Ocidente, e que influenciou diretamente o ensejo da modernidade, do mercantilismo, da ocidentalização e da colonização europeia nas Américas. Ou seja, toda uma participação fundamental na história universal, e em nossa construção identitária, mas que ocultada, não ajuda a promover um juízo sobre islâmicos/as árabes, persas, africanos, como próximos a nós e elementares para nossa história.

Por isso a importância dos livros didáticos e suas narrativas focarem mais nas continuidades e intercâmbios, do que nas diferenças e divisões entre os grupos e povos, narrados, muitas vezes, de forma hermética e fragmentada, talvez com objetivos de simplificação didática, mas que excluem essencialmente e epistemologicamente esses vínculos e interligações étnicas, religiosas, culturais, ao longo da história humana; vínculos que demonstram que há muito do outro em nós e em nossa trajetória, e que este, não foi um inimigo, mas um conterrâneo de (co)existências, um criador de saberes e de fazeres que utilizamos até hoje, e por isso a primordialidade de iluminar esta herança civilizacional compartilhada, mas tradicionalmente ofuscada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEBE, Chinua. *The balance of stories: Critical overview and conclusion*. In: Chinua Achebe. Manchester: Manchester University Press, 2014.

AMIGOS DA PALESTINA. *Un dueto tradicional entre Tereza Suleiman (palestina) y Sofia Adriana (portuguesa)*. 2022. Publicação em página de Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com>.

- com/am.de.palestina/videos/895226231843043/?extid=WA-UNK-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C&mibextid=2Rb1fB. Acesso em: 10 mar. 2025.
- ARJANA, Sophia Rose. *Muslims in the western imagination*. New York: Oxford University Press. 2015.
- BAKRI, Bilal Ramez. A Ibéria árabe: um pouco do legado da língua árabe para a língua portuguesa. *MEMO - Monitor do Oriente*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.monitorodooriente.com/20210329-a-iberia-arabe/#>. Acesso em: 2 mar. 2025.
- BARROS, Maria Filomena Lopes. From the history of Muslims to Muslims in History: Some critical notes on “Arab-Islamic Studies” in Portugal. *Hamsa: Journal of Judaic and Islamic Studies*, n. 1, p. 1-15, 2014.
- BERTOLINI, Juliano Luiz da Silva. *Manuais didáticos e as mediações entre cultura Histórica e cultura escolar: o caso da narrativa sobre o islã em manuais didáticos brasileiros e portugueses*. 2018. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- BORGOLTE, Michael; SCHREINER, Stefanie. *Christliches Abendland? Die kulturellen Wurzeln Europas und was wir dafür halten Religionen im Gespräch*. Hannover: Haus kirchlicher Dienste, 2015.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, p. 549-566, 2004.
- FREIRE, Armando. O Caminho de Santiago. In: Freire, Armando. *Cadernos Interdisciplinares*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- GOODY, Jack. *L'Islam en Europe: histoire, échanges, conflits*. Paris: La Découverte, 2004.
- GOODY, Jack. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2015.
- GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-45, jan.-abr. 2016.
- JAROCHE, Mamede Mustafa (org.). *Livro das mil e uma noites: antologia*. 1. ed. São Paulo: Globo, 2012.
- KAMEN, Henry. *A Inquisição na Espanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KETTAMI, Abdelkader. *El resurgir del islam en Al-Andalus*. Barcelona: Abadia Editors, 2012.
- LOPES, Virgílio Hipólito. Mértola na Antiguidade Tardia. In: ALMEIDA, Fernando (org.). *Ciudad y territorio: transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Altomedioevo*. Córdoba: Servicio de Publicaciones, 2014. p. 367-382.
- LOPES, Virgílio Hipólito. A Igreja Matriz de Mértola que foi uma mesquita. National Geographic Portugal, 2021. Disponível em: <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/2733-a-igreja-matriz-de-mertola-que-foi-uma-mesquita>. Acesso em: 27 fev. 2025.

- MALDONADO-TORRES, Nelson. Religion, conquête et race dans la fondation du monde moderne/colonial. In: MESTIRI, Moncef; GROSFOGUEL, Ramón; SOUM, Yahia (ed.). *Islamophobie dans le monde moderne*. Paris: IIIT, 2008.
- MARTINEZ, Santiago Guerra; RAFAEL, Luis; TORRES, Cláudio. Mértola Vila Museu: um projeto arqueológico de desenvolvimento integrado. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 10, n. 3[17], p. 55-80, 2016. DOI: 10.20396/rap.v.10i3.8645842. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8645842>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- OLIVEIRA, João Batista Araujo; GUIMARÃES, Sílvio Diniz de Paula; BOMÉNY, Helena Maria B. *A política do livro didático*. 2. ed. São Paulo: Summus; Campinas: Editora da UNICAMP, 1984.
- ORTIZ, Antonio Domínguez. *Moriscos: la mirada de un historiador*. Granada: Universidad de Granada, 2009.
- OSMAN, Emna Mohamed R. O. Retóricas de descolonização do pensamento: projeto epistêmico islâmico-feminista contra a colonialidade do saber. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 6, n. 1, p. 118-140, 2015.
- OSMAN, Emna Mohamed R. O. Por que decolonizar o Islã? *Epistemologias do Sul*, v. 1, p. 184-212, 2017.
- PÉREZ, Joseph. *Los judíos de España*. Madrid: Marcial Pons, 2005.
- PARAFITA, Alexandra. *A mitologia dos mouros: lendas, mitos, serpentes e tesouros*. Lisboa: Gailivro, 2006.
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Islã - religião e civilização: uma abordagem antropológica*. Aparecida, São Paulo: Santuário, 2010.
- PRESTES FILHO, Ubirajara; XAVIER, Edson. *História 7º ano*. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira (CPB), 2015. (Coleção Interativa).
- SÁNCHEZ, Ángel Galán. *Una sociedad en transición: los Granadinos de Mudéjares a Moriscos*. Granada: Universidad de Granada, 2010.
- SAVAGE-SMITH, Emily. Attitudes toward dissection in medieval Islam. *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*, v. 50, n. 1, p. 67-110, 1995.
- SINGER, Charles. Medicine. In: *Chambers Encyclopaedia*. London: Newnes, 1950. v. 9, p. 212-228.
- TORRES, Cláudio. Afonso Henriques não conquistou Lisboa aos mouros, foi aos cristãos. *Sábado*, Lisboa, 2018. Entrevista. Disponível em: <https://dasculturas.com/2020/06/03/claudio-torres-d-afonso-henriques-nao-conquistou-lisboa-aos-mouros-foi-aos-cristaos-in-revista-sabado/>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- TUHIWAI SMITH, Linda. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London: Zed Books, 2012.

MUSLIM Population by Country 2020. [S. l.]: World Population Review, 2020. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/country-rankings/muslim-population-by-country>. Acesso em: 5 mar. 2025.

VIDAL, Marcos. *Os portugueses redescobrindo o passado muçulmano de seu país*. São Paulo: Instituto da Cultura Árabe (ICArabe), 2020. Disponível em: <https://icarabe.org/node/3841>. Acesso em: 10 mar. 2025.